

**PORTARIA Nº 773/2023**

Dispõe sobre gratificação por exercício de magistério.

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 6º, inciso VIII, da Lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo Administrativo nº 8502730-40.2023.8.06.0000;

**RESOLVE:**

Art. 1º Reconhecer a dívida de exercício anterior e conceder a gratificação pelo exercício de magistério, no valor de R\$ 1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais) ao servidor *André Nobre Teixeira*, matrícula nº 46860, *Especialista em Direito Tributário*.

Art. 2º A gratificação a que se refere o Art. 1º é devida ao servidor por atuar como formador no curso “*Academia SEJUD – Núcleo de Execução de Expedientes (NEXE) Habeas Corpus*”, no período de 21 a 30 de novembro de 2022, com carga horária de 12 h/a, na modalidade a distância.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.**

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22 de março de 2023.

**Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

**DESPACHO**

Referência: Processo nº 8501017-30.2023.8.06.0000

Assunto: Reconhecimento de dívida – Reequilíbrio Financeiro – Contrato nº 41/2021 (Digitalização e Higienização)

Interessada: Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo – APADA

Reconheço a dívida de exercício anterior e autorizo a emissão de nota de empenho e o pagamento no valor total de R\$ 120.880,08 (cento e vinte mil, oitocentos e oitenta reais e oito centavos), sendo R\$ 74.829,18 (setenta e quatro mil, oitocentos e vinte e nove reais e dezoito centavos) alocados no 1º grau de jurisdição e R\$ 46.050,90 (quarenta e seis mil, cinquenta reais e noventa centavos) alocados no 2º grau de jurisdição, em favor da Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo – APADA, obedecidas as formalidades legais. Tal valor é referente ao reequilíbrio econômico-financeiro, no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2022, do Contrato nº 41/2021 (Digitalização e Higienização).

À Gerência das Despesas para os procedimentos legais quanto ao pagamento.

Fortaleza/CE, 28 de março de 2023.

**Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

**DESPACHO**

Referência: Processo nº 8520189-89.2022.8.06.0000

Assunto: Reconhecimento de dívida – Ressarcimento de diárias – Contrato nº 13/2016 (Asseio e Conservação)

Interessada: Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda.

Reconheço a dívida de exercício anterior e autorizo a emissão de nota de empenho e o pagamento no valor total de R\$ 73.142,85 (setenta e três mil, cento e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), sendo R\$ 2.612,24 (dois mil, seiscentos e doze reais e vinte e quatro centavos) alocados no 1º grau de jurisdição e R\$ 70.530,61 (setenta mil, quinhentos e trinta reais e sessenta e um centavos) alocados no 2º grau de jurisdição, em favor da empresa Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda., obedecidas as formalidades legais. Tal valor é referente ao ressarcimento de diárias pagas aos colaboradores durante os meses de dezembro de 2020 e janeiro a dezembro de 2021, do Contrato nº 13/2016 (Asseio e Conservação).

À Gerência das Despesas para os procedimentos legais quanto ao pagamento.

Fortaleza/CE, 28 de março de 2023.

**Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

**PORTARIA Nº 195/2023**

Dispõe sobre a concessão de diária para magistrada.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas disposições da Resolução do Órgão Especial nº 30/2022, de 13 de outubro de 2022, publicada no DJ da mesma data, que alterou a Resolução do Órgão Especial nº 12/2019, de 27 de junho de 2019, (publicada no DJ da mesma data), que dispõe sobre a solicitação, a concessão, o pagamento e a prestação de contas de diárias e indenização de transporte para magistrados, servidores e militares, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e de conformidade com o Processo Administrativo nº 8500931-59.2023.8.06.0000,

**RESOLVE:**